

## POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO RURAL: ANÁLISE DOS IMPACTOS DO PRONAF NA BAHIA<sup>1</sup>

Kaiza Correia Da Silva Oliveira<sup>2</sup>  
Lessí Inês Farias Pinheiro<sup>3</sup>  
Marcelo Inácio Ferreira Ferraz<sup>4</sup>

### RESUMO

O debate sobre a avaliação de políticas públicas constitui-se como tema fundamental para o entendimento das ações e do papel do Estado na sociedade capitalista e para a consolidação de sociedades democráticas. A importância da avaliação das políticas públicas se constitui como um elemento estratégico ao considerar aspectos de efetividade e eficácia, além de contribuir para a busca da equidade nas respostas governamentais às demandas sociais. Dado esse contexto, o objetivo deste trabalho foi avaliar os impactos do Pronaf nos municípios baianos, através da análise dos efeitos da política sobre as dimensões econômica, produtiva, demográfica, social e tributária a partir de uma análise comparativa dos municípios baianos tomadores de créditos do Pronaf nos anos de 2000 e 2012. Haja vista que, o Pronaf constitui-se como uma das principais políticas públicas que incidem sobre o meio rural brasileiro. Os resultados encontrados apontam que os recursos financeiros do Pronaf exercem influência significativa, principalmente, sobre as variáveis da dimensão produtiva e demográfica.

**Palavras-chave:** Crédito rural; Agricultura familiar; Desenvolvimento local.

### PUBLIC POLICIES AND RURAL DEVELOPMENT: ANALYSIS OF THE IMPACTS OF PRONAF IN BAHIA

### ABSTRACT

The debate on the evaluation of public policies constitutes a fundamental theme for the understanding of the actions and the role of the State in capitalist society and for the consolidation of democratic societies. The importance of evaluating public policies is a strategic element when considering aspects of effectiveness and efficiency, in addition to contributing to the search for equity in governmental responses to social demands. Given this context, the objective of this work was to evaluate the impacts of Pronaf in the municipalities of Bahia, through the analysis of the effects of the policy on the economic, productive, demographic, social and tax dimensions from a comparative analysis of the municipalities in Bahia that are borrowers of the Pronaf in the years 2000 and 2012. Bearing in mind that, Pronaf is one of the main public policies that affect the Brazilian rural environment. The results found indicate that the financial resources of Pronaf exert significant influence, mainly, on the variables of the productive and demographic dimension.

<sup>1</sup> Este trabalho representa resultados da dissertação de mestrado do Programa de Mestrado em Economia Regional e Políticas Públicas da UEASC da primeira autora e recebeu financiamento FAPESB para bolsa de estudos.

<sup>2</sup> Doutora em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador (UNIFACS). E-mail: kaizacorreia@outlook.com

<sup>3</sup> Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professora aposentada como nível pleno da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Atualmente é professora permanente do Programa de Mestrado em Economia Regional e Políticas Públicas da UESC. E-mail: lifpinheiro@uesc.br

<sup>4</sup> Doutor em Estatística e Experimentação Agropecuária pela Universidade Federal de Lavras (UFLA). professor efetivo da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Professor permanente do Programa de Mestrado em Economia Regional e Políticas Públicas da UESC. E-mail: mfferraz@uesc.br



**Keywords:** Rural credit; Family farming; Local development.

**JEL:** H43, H74, H81, H59

## 1 INTRODUÇÃO

O debate sobre a avaliação de políticas públicas constitui-se como tema fundamental para o entendimento das ações e do papel do Estado na sociedade capitalista e para a consolidação de sociedades democráticas. A avaliação de políticas suscita a participação da sociedade no planejamento, processo decisório, conhecimento e fiscalização das ações desenvolvidas pelo Estado e seus órgãos competentes, ultrapassando a noção de quantificação monetária dos benefícios, além de ser um mecanismo essencial na otimização de recursos e a obtenção de êxito na gestão estatal (BOZZI, 2000; FARIA, 2005; DERLIEN, 2001; CAVALCANTI, 2007; CHIECHELSKI, 2005).

A prática da avaliação direciona a ação governamental para a realização de uma gestão mais comprometida com os interesses da sociedade, visto que, a transparência exigida torna pública a ação do governo e gera um ambiente propício a participação social, instrumentalizando os canais de controle social e ampliando a democracia (ARCOVERDE, 2009).

Assim, a importância da avaliação das políticas públicas se constitui como um elemento estratégico ao considerar aspectos de efetividade e eficácia, além de contribuir para a busca da equidade nas respostas governamentais às demandas sociais. Uma vez que, a avaliação no ciclo da política pública compreende etapas que se interrelacionam como: ideia - diagnóstico - projeto - avaliação *ex ante* - correção - implementação - avaliação de processo - correção – conclusão do projeto - avaliação *ex post* ou de impacto que permitem estabelecer instrumentos de avaliação e correção da política elaborada com mais eficiência e melhores resultados (MAIA et al., 2005; SILVA; MELO, 2000; CHIECHELSKI, 2005).

Dessa forma, as avaliações de políticas podem ser classificadas segundo diferentes critérios e avaliadas por diversos enfoques, sendo as mais comuns as avaliações *ex ante* e *ex post*. A avaliação *ex ante* é realizada antes que se inicie o programa ou projeto. E tem por objetivo proporcionar critérios para a tomada de decisão como: se o projeto deve ou não deve ser implementado, metodologias utilizadas, a análise custo-benefício e a análise custo-efetividade. Já a avaliação *ex post* se encarrega de avaliar os resultados alcançados pela política, como metas,

processos e impactos. Sendo este último, o enfoque abordado no presente trabalho (MAIA et al., 2005; CHIECHELSKI, 2005; SILVA; MELO, 2000; COSTA; CASTANHAR, 2003).

A avaliação de impacto configura-se como um tipo de avaliação posterior ao processo de implementação da política pública que visa trabalhar com os resultados e os impactos dos objetos de estudo (programas, projetos), ou ainda, a eficácia e o julgamento do valor geral do programa (TREVISAN; BELLEN, 2008).

Nesse contexto, optou-se por direcionar o presente estudo a avaliação dos impactos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) nas economias locais do estado da Bahia. O Pronaf, criado em 1996, vem se transformando a cada ano em uma das mais importantes políticas públicas que incidem sobre o meio rural brasileiro, principalmente por que tem por objetivo fortalecer a agricultura familiar, por estar presente na grande maioria dos municípios do país, possibilitando maior democratização do acesso ao crédito e a visibilidade social de um público que encontra diversas restrições a esse tipo de recurso no sistema financeiro nacional (MATTEI et al., 2007; MALYSZ ; CHIES, 2012; LAMARCHE, 1997).

A agricultura familiar - compreendida como uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho, estão intimamente ligados à família - constitui-se como uma atividade de grande importância, pois ocupa lugar de destaque na produção agropecuária brasileira pela capacidade de produzir, movimentar a economia nos âmbitos local e nacional, utilizando de forma sustentada os recursos naturais e gerando postos de trabalho em ocupações social e economicamente produtivas. Caracterizando-se como um modo de produção multifuncional, pois além da função essencial de produzir alimentos em quantidade, qualidade e diversidade, exerce outras funções e formas produtivas como: agroindústria, artesanato e turismo (OLIVEIRA et al., 2012; MATTEI et al., 2007; SCHNEIDER, 2006; WANDERLEY, 2013; CARNEIRO; MALUF, 2003).

De acordo com os dados divulgados no Censo Agropecuário (2017), das cinco milhões de propriedades rurais existentes no Brasil, cerca de 77% são classificadas como propriedades da agricultura familiar, que ocupam uma extensão de terras de cerca de 80,9 milhões de hectares, cerca de 23% da área dos estabelecimentos agropecuários no Brasil e que produzem cerca de 23% do valor

total da produção. Ainda segundo o Censo, a agricultura familiar é fonte de trabalho para mais de 10 milhões de pessoas, o que corresponde a cerca de 67% das pessoas ocupadas na agropecuária.

Partindo desse panorama, visualiza-se que as políticas públicas agrícolas como o Pronaf têm relevante importância na dinâmica rural regional, suficiente para nortear a presente pesquisa a qual visa responder aos seguintes questionamentos: Quais os impactos gerados pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) a partir da aplicação dos recursos nos municípios localizados na Bahia? Essa política tem sido capaz de dinamizar as economias locais, causando impactos positivos em variáveis macroeconômicas desses municípios e assim, promovendo desenvolvimento rural?

Buscando responder esse questionamento, o objetivo deste trabalho foi avaliar os impactos do Pronaf sobre as economias locais, através da análise dos efeitos da política sobre as dimensões econômica, produtiva, demográfica, social e tributária a partir de uma análise comparativa dos municípios baianos tomadores de créditos do Pronaf nos anos de 2000 e 2012.

Para tanto, além desta introdução, o artigo se estrutura em mais três seções: a seção 2 apresenta uma revisão de literatura que relaciona o Desenvolvimento rural com políticas públicas; a seção 3 apresenta a metodologia e a descrição das variáveis e fontes dos dados usadas para medir o impacto do Pronaf nos municípios baianos; na seção 4 são apresentados os resultados obtidos a partir da metodologia descrita na seção 3; por fim, a seção 5 apresenta as considerações finais.

## **2 DESENVOLVIMENTO RURAL E POLÍTICAS PÚBLICAS**

O ambiente rural possui muitas singularidades, o que tem gerado inúmeros questionamentos, debates e pesquisas referentes ao tema no Brasil, especialmente no que se refere ao processo de Desenvolvimento rural e as políticas públicas que são implementadas nesses espaços, a fim de promover esse desenvolvimento.

Esses debates, segundo Delgado e Leite (2011, p. 431), “fundamentam-se, entre outros aspectos, na observação da persistência interligada da pobreza rural e da desigualdade social e regional, e enquadra-se na discussão mais ampla sobre o desenvolvimento econômico e a sustentabilidade”.

Para Ellis (1999), o desenvolvimento rural perfaz um conjunto de iniciativas que deveriam causar impactos na melhoria das condições de vida dos agricultores familiares, ampliando suas perspectivas de reprodução socioeconômica. Ou ainda, como um conjunto de ações e práticas que visam reduzir a pobreza em áreas rurais, visando estimular um processo de participação que empodera os habitantes rurais, tornando-os capazes de definir e controlar suas prioridades para a mudança.

Nesse sentido, a promoção do desenvolvimento no meio rural precisa considerar uma situação em que a reprodução social, econômica e cultural é garantida mediante a combinação de um repertório variado de ações, iniciativas, escolhas, enfim, uma dada sinergia entre ações endógenas e exógenas (SCHNEIDER, 2004; FREITAS et al., 2012).

No Brasil, os estudos que analisam o desenvolvimento rural são marcados pela reflexão das transformações que os processos de liberalização e globalização resultaram nas economias e, principalmente, na agricultura. Essas transformações alteraram completamente a geoestratégia dos espaços, de modo, que o território passou a ser constituído pela integração regional e formado por poderosas aglomerações estratégicas de produção. Nesse contexto, a gestão do território passou a ter um caráter estratégico para o desenvolvimento de atividades econômicas gerando relações políticas e de poder. O território, portanto, passou a ser redefinido economicamente (VIEIRA, 2007).

Segundo Schneider (2004), os efeitos dessa reestruturação econômica, produtiva e institucional global também podem ser percebidos na agricultura e no mundo rural, através de múltiplas dimensões. Navarro (2001) argumenta que alterações na conjuntura e, principalmente, nos condicionantes que o desenvolvimento mais geral da economia e da vida social impactam no entendimento do que se concebe como um conceito válido do que significa a promoção do desenvolvimento rural.

Veiga (2001) adota um conceito de desenvolvimento que envolve a concepção de liberdade abordada por Amartya Sen. Para o autor, o desenvolvimento só pode corresponder à ampliação das possibilidades de escolha, liberdades e, por conseguinte, redução da pobreza. No entanto, o autor não define literalmente o que seria desenvolvimento rural, ao invés disso, destaca as interfaces e vínculos desse desenvolvimento ao desenvolvimento geral da economia.

A instrumentalização do agir público para a promoção do Desenvolvimento rural pode ser observada nos estudos de Abramovay (1998) que afirma que o desenvolvimento rural deve ser concebido em um quadro territorial e, que nessa dinâmica, o Estado com suas ferramentas de atuação - políticas públicas -, devem estimular a formulação descentralizada de projetos capazes de valorizar os atributos locais e regionais no processo de desenvolvimento. Pois, segundo o autor, o desenvolvimento rural não acontecerá espontaneamente como resultado da dinâmica das forças de mercado, mas na elaboração das políticas capazes de promovê-lo.

Diversos autores, em seus trabalhos, defendem uma maior ressignificação do campo nas políticas de desenvolvimento, enquanto, instrumento eficiente na questão do desenvolvimento territorial, através principalmente de estratégias de iniciativas locais, como o fortalecimento da agricultura familiar. Uma vez que, partem da percepção de que os efeitos da reestruturação produtiva decorrentes da globalização, assim como do processo de modernização agrícola no Brasil, não beneficiaram as camadas mais pobres da população rural localizadas em regiões menos favorecidas. Fatores que tem fomentado o surgimento de movimentos que tem por objetivo chamar a atenção dos gestores públicos para a necessidade de atendimento às demandas de pequenas propriedades agrícolas de base familiar como uma forma de promover um desenvolvimento rural mais homogêneo e igualitário (MALYSZ; CHIES, 2012).

Visto que, o desenvolvimento rural dependerá “não apenas do dinamismo do setor agrícola, porém, cada vez mais, da sua capacidade de atrair outras atividades econômicas e outros interesses sociais e de realizar uma profunda “ressignificação” de suas próprias funções sociais” (WANDERLEY, 2000, p. 96- 97). Ou ainda, não se possa falar de um desenvolvimento apenas rural, excluindo os grupos marginalizados de seu processo.

Contudo, até o início da década de 1990 não existia nenhum tipo de política pública com abrangência nacional, voltada ao atendimento das necessidades específicas do segmento social de agricultores familiares, o qual era caracterizado de modo meramente instrumental e bastante impreciso no âmbito da burocracia estatal brasileira.

As políticas públicas até então implementadas no Brasil tinham um viés produtivista direcionadas aos grandes produtores, que em nada mudaram o contexto estrutural do meio rural do Brasil, pois os pequenos agricultores, que sempre configuraram o maior público da área rural, ficaram de fora desses processos. O Estado e suas políticas de promoção da agricultura, até 1990, não havia direcionado nenhum tipo de linha de crédito, ou assistência técnica<sup>5</sup> que focasse essa parcela da população rural. O que trouxe à tona questões relativas ao modelo de desenvolvimento agrícola adotado no país.

Abramovay em seus estudos defende a ideia de que o modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil beneficiou somente as grandes propriedades e o acúmulo de capital. Para o autor, as políticas públicas em nada mudaram o panorama de agricultura atrasada, com excesso de trabalho pouco produtivo, de terras subutilizadas e de caráter extremamente concentrador, pois o incentivo à produção sempre esteve voltado somente para a agricultura patronal, não existindo políticas que objetivassem diminuir os preços agrícolas e assim, beneficiar as massas populares, que no fim, ficaram a margem desse processo sem condições relevantes de consumo (ABRAMOVAY, 1997, 1998, 2003).

As reivindicações dos trabalhadores rurais que se organizaram em torno de movimentos sindicais como à Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) e ao Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (DNTR/CUT) e os estudos realizados pela parceria FAO/INCRA na década de 1990, constituíram-se como fatores decisivos no processo de mudanças das políticas de desenvolvimento rural, servindo de base para a formulação de políticas públicas focalizadas em atender a agricultura familiar.

O movimento sindical dos trabalhadores rurais passou a direcionar suas reivindicações e lutas para a chamada “reconversão e reestruturação produtiva” dos agricultores familiares, que seriam afetados pelo processo de abertura da economia (MATTEI, 2006, grifos do autor). Os estudos realizados pela parceria FAO/INCRA definiram com maior “precisão conceitual a agricultura familiar e, mais ainda, estabeleceram um conjunto de diretrizes que deveriam nortear a formulação de

---

<sup>5</sup> Principais políticas públicas promovidas pelo Estado para o desenvolvimento da agricultura no Brasil.

políticas públicas adequadas às especificidades dos grupos de agricultores familiares” (MATTEI, 2006, p. 14).

De acordo com esses estudos, a agricultura familiar pode ser definida a partir de características como:

- a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantém entre si laços de sangue ou casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva (INCRA/FAO, 1996, p. 4 apud INCRA/FAO, 2000, p. 8).

Posteriormente, novos estudos como os desenvolvidos por Veiga (2001), Veiga(2001a), Abramovay (1997, 1998, 2003) Schneider (2004) constataram que a produção agrícola no campo era predominantemente familiar e que a mesma tinha um papel relevante para a alimentação da sociedade brasileira, aliado as lutas que vinham acontecendo no campo, por si só, já justificavam que o país precisava de modificações nos modelos de políticas públicas para o campo. Para Veiga, diante do quadro de subdesenvolvimento rural apresentado até a década de 1990, elevar a agricultura familiar brasileira para o centro das políticas, coroando a agricultura familiar em detrimento da patronal através da criação de políticas agrícolas e agrárias exclusivas para esse setor, tornou-se elemento indispensável no projeto de desenvolvimento brasileiro (VEIGA, 2001, 2001a).

Em suas análises, os autores supracitados defendem que as transformações no campo devem estar centradas na elevação do modo de produção familiar para o centro das políticas agrícolas e agrárias, assim, finalmente o país poderá seguir o exemplo de desenvolvimento vivenciado pelos países de Primeiro Mundo. No entanto, as políticas agrícolas efetivamente focalizadas na agricultura familiar só começaram a ser desenvolvidas após a criação pelo Estado do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, em 1996, a partir da observação feita no estudo da FAO/INCRA de que “a agricultura familiar tinha potencial produtivo maior do que realmente se observava, e a ampliação do acesso ao crédito poderia ser um fator essencial” (CORRÊA; SILVA, 2007, p. 50). Posteriormente ao Pronaf,

outras políticas como o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA)<sup>6</sup>, criado em 2003.

O modelo do Pronaf foi concebido a partir do estudo realizado conjuntamente pela FAO e pelo INCRA que propuseram vários instrumentos de política para a agricultura familiar. A partir desse corte metodológico, o Pronaf foi concebido efetivamente com a institucionalização do decreto Presidencial nº 1.946, datado de 28.06.96, com o objetivo de propiciar condições para o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria da renda, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e a ampliação do exercício da cidadania por parte dos agricultores familiares (VARGAS, 2012; SCHNEIDER et al., 2004; SILVA, 1999).

O financiamento da produção comporta os recursos referentes, principalmente, ao crédito de custeio e investimento e constitui a primeira linha de financiamento do Pronaf. Essa modalidade objetiva conceder apoio financeiro às atividades agropecuárias e não agropecuárias, por meio da liberação direta entre o banco e o demandante de crédito, sem que haja prioridades regionais ou regras de liberação que definam um público-alvo efetivo. Essa linha de financiamento é composta pelo crédito de custeio da safra agrícola (para o qual é direcionada a maior parte dos recursos), pelo crédito de investimento produtivo e pelo crédito de integralização de cotas-partes pelos beneficiários nas cooperativas de produção (Quadro 1).

Quadro 1 - Tipos de crédito do Pronaf

TIPO DE CRÉDITO	OBJETIVO
CUSTEIO	Destinam-se a financiar atividades agropecuárias e não agropecuárias, de beneficiamento ou de industrialização da produção própria ou de terceiros enquadrados no Pronaf, de acordo com projetos específicos ou propostas de financiamento.
INVESTIMENTO	Destinam-se a financiar atividades agropecuárias ou não agropecuárias, para implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, de acordo com projetos específicos.
INTEGRALIZAÇÃO DE COTAS-PARTES PELOS BENEFICIÁRIOS NAS COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO	Destinam-se a financiar a capitalização de cooperativas de produção agropecuárias formadas por beneficiários do Pronaf.

Fonte: Elaborado pelos autores com base em informação documental de BNDES (2012).

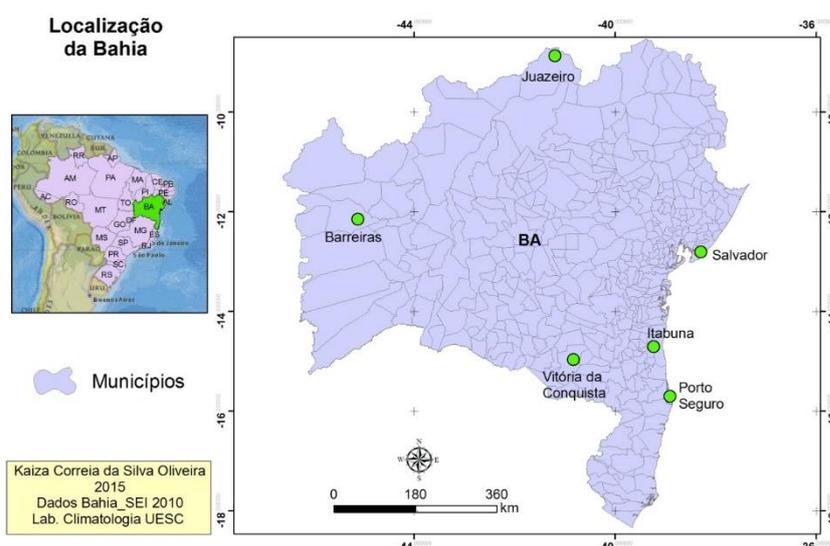
<sup>6</sup> O PAA é um instrumento de estruturação e desenvolvimento da agricultura e constitui-se em mecanismo complementar ao Pronaf, criado para colaborar com o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil e, ao mesmo tempo, fortalecer a agricultura familiar. O PAA promove a aquisição de alimentos de agricultores familiares, diretamente, ou por meio de suas associações/cooperativas, com dispensa de licitação, destinando-os à formação de estoques governamentais ou à doação para pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, atendidas por programas sociais locais (MDS, 2010).

## 2 METODOLOGIA

### 2.1 ÁREA DE ESTUDO

Buscando avaliar o impacto do Pronaf no estado da Bahia, o estudo foi aplicado aos municípios baianos tomadores de créditos nos anos 2000 (315 municípios) e 2012 (274 municípios). A Bahia é o segundo maior Estado brasileiro, com uma área de 564.733,177 km<sup>2</sup>, abrangendo uma população estimada em 2014 de 15.126.371, representando 7,48% da população total do país (IBGE, 2014a) (Figura 1).

Figura 1 – Mapa político do estado da Bahia, 2010



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da SEI (2010) no programa ArcGIS.

### 2.2 VARIÁVEIS USADAS

Os dados foram coletados a partir do nível municipal, que é a unidade geográfica mais desagregada, compreendendo os anos de 2000 e 2012. A escolha do período levou em consideração a disponibilidade dos dados municipais a partir dos Censos existentes. As variáveis dependentes e as variáveis explicativas, assim como os dados e as fontes de dados utilizados nessa pesquisa, encontram-se discriminados no quadro abaixo (Quadro 2). As variáveis utilizadas foram escolhidas baseando-se em estudos similares realizados por Mattei (2005), Mattei et al. (2007), Camara et al. (2010), Damasceno (2011) e Pereira Silva e Alves Filho (2009).

Quadro 2 - Variáveis analisadas segmentadas por dimensões

DIMENSÃO	VARIÁVEL	DESCRIÇÃO	ANOS	FONTE
	Dependente			
PRONAF	PRONAF	Valor total do volume de créditos do Pronaf nos municípios da Bahia no mesmo ano em relação à variável dependente.	2000 e 2012	Bacen
	PRONAF-C	Valor total número de contratos concedidos pelo Pronaf nos municípios da Bahia.	2000 e 2012	Bacen
	PRONAFVM	Valor médio dos contratos concedidos pelo Pronaf nos municípios da Bahia.	2000 e 2012	Elaboração própria
ECONÔMICA	PIB	PIB total	2000 e 2012	SEI
	PIBP	PIB per capita	2000 e 2012	SEI
	PIBAGRO	Valor total em termos absolutos da produção agregada dos setores agrícola e pecuário nos municípios baianos.	2000 e 2012	SEI
	PIBAGRO%	Participação da agropecuária no PIB total	2000 e 2012	Elaboração própria
PRODUTIVA	PRODUÇÃO PECUARIA	PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA (CRIAÇÃO DE BOVINOS, SUÍNOS E GALINÁCEOS).	2000 E 2012	IBGE, PESQUISA PECUÁRIA MUNICIPAL (PPM)
	VACASORD	VACAS ORDENHADAS	2000 E 2012	IBGE, PESQUISA PECUÁRIA MUNICIPAL (PPM)
	PLEITE	PRODUÇÃO DE LEITE	2000 E 2012	IBGE, PESQUISA PECUÁRIA MUNICIPAL (PPM)
	AFEIJAO	ÁREA PLANTADA DE FEIJÃO	2000 E 2012	IBGE, PESQUISA AGRÍCOLA MUNICIPAL (PAM)
	PFEIJAO	PRODUÇÃO DE FEIJÃO	2000 E 2012	IBGE, PESQUISA AGRÍCOLA MUNICIPAL (PAM)
	RFEIJÃO	RENDIMENTO MÉDIO DA PRODUÇÃO DE FEIJÃO	2000 E 2012	IBGE, PESQUISA AGRÍCOLA MUNICIPAL (PAM)

Continua...

Continuação...

PRODUTIVA	AMILHO	AREA PLANTADA DE MILHO	2000 E 2012	IBGE, PESQUISA AGRÍCOLA MUNICIPAL (PAM)
	PMILHO	PRODUÇÃO DE MILHO	2000 E 2012	IBGE, PESQUISA AGRÍCOLA MUNICIPAL (PAM)
	RMILHO	RENDIMENTO MÉDIO DA PRODUÇÃO DE MILHO	2000 E 2012	IBGE, PESQUISA AGRÍCOLA MUNICIPAL (PAM)
	AMANDIOCA	AREA PLANTADA DE MANDIOCA	2000 E 2012	IBGE, PESQUISA AGRÍCOLA MUNICIPAL (PAM)
	PMANDIOCA	PRODUÇÃO DE MANDIOCA	2000 E 2012	IBGE, PESQUISA AGRÍCOLA MUNICIPAL (PAM)
	RMANDIOCA	RENDIMENTO MÉDIO DA PRODUÇÃO DE MANDIOCA	2000 E 2012	IBGE, PESQUISA AGRÍCOLA MUNICIPAL

				(PAM)
<b>DEMOGRÁFICA</b>	DEMTOT	POPULAÇÃO ESTIMADA	2000 E 2012	IPEADATA/IBGE
<b>TRIBUTÁRIA</b>	TRIRET	RECEITA TRIBUTÁRIA MUNICIPAL	2000 E 2012	SEI
	TRIRETC	RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES DA UNIÃO	2000 E 2012	SEI
<b>SOCIAL</b>	SOCET	Emprego formal total	2000 e 2012	RAIS
	SOCEA	Emprego formal agrícola	2000 e 2012	RAIS
	SOCIDH	IDH	2000 e 2010	Atlas do Desenvolvimento Humano/ IPEADATA/IBGE
	SOCEVN	Esperança de vida ao Nascer	2000 e 2010	Atlas do Desenvolvimento Humano/ IPEADATA/IBGE
	SOCM	Mortalidade até um ano de Idade	2000 e 2010	Atlas do Desenvolvimento Humano/ IPEADATA/IBGE
	SOCALFA	Taxa de alfabetização	2000 e 2010	Atlas do Desenvolvimento Humano/ IPEADATA/IBGE

Fonte: Mattei (2005), Mattei et al. (2007), Camara et al. (2010), Damasceno (2011) e Pereira Silva e Alves Filho (2009).

O estudo dos impactos do Pronaf empregou dados municipais das Contas Regionais do Brasil, bem como dados do Ipeadata, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Superintendência de Estudos Socioeconômicos da Bahia (SEI), da Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS/MTE) e do Banco Central do Brasil (Bacen). Todos os valores das variáveis monetárias estão expressos em reais, a preços constantes de 2012.

Os produtos agrícolas considerados nas análises foram os produtos das lavouras temporárias que fazem parte da matriz de produção da agricultura familiar, identificada segundo dados do Bacen para a Bahia como o feijão, milho e mandioca.

Quanto à dimensão demográfica e social, considerou-se a periodicidade dos censos demográficos que ocorrem a cada 10 anos, sendo o último realizado no ano de 2010. Diante deste fato, optou-se pelo uso de informações relativas à população estimada para o ano de 2012, obtidas junto ao IPEADATA, através das informações divulgadas pelo IBGE. Cabe ressaltar que esta foi a única fonte de dados demográficos disponíveis para todos os municípios da Bahia no ano de 2012. Para o ano de 2000, foram utilizadas informações referentes ao Censo de 2000 para a população residente.

## 2.3 MODELO ECONOMETRICO DE ANÁLISE

Buscando identificar a existência ou não de parâmetros significativos que indicassem os impactos do volume total de créditos do Pronaf nas economias locais do estado da Bahia para cada uma das variáveis escolhidas para este estudo, foram realizadas correlações e regressões lineares onde as variáveis: econômica, produtiva, social, demográfica e tributária foram definidas como dependentes e o volume total de créditos do Pronaf como variável explicativa.

Para realizar as análises necessárias ao presente estudo foram adotados os modelos analíticos de correlação e regressão linear simples com séries de dados *cross section* (corte transversal). A análise de correlação foi utilizada, pois fornece um número que resume o grau de relacionamento linear entre as duas variáveis. Já a análise de regressão foi usada, pois fornece uma equação que descreve o comportamento de uma das variáveis em função do comportamento da outra variável.

O objetivo de utilizar o modelo de correlação foi para analisar o comportamento simultâneo das variáveis dependentes (variáveis pertencentes às dimensões econômicas, produtivas, sócias, demográficas e tributárias) e da variável explicativa (recursos do Pronaf), verificando se a variação positiva (ou negativa) de uma delas está associada a uma variação positiva (ou negativa) da outra, ou mesmo, se não há nenhuma forma de dependência entre elas. Essa variação foi medida numericamente por meio dos coeficientes de correlação que representam o grau de associação entre duas variáveis contínuas.

As medidas genéricas de correlação, frequentemente são designadas por  $\rho$ , são adimensionais, e variam entre -1 e +1. No caso de  $\rho = 0$ , não existe correlação entre as duas variáveis. Quando  $\rho > 0$ , a correlação é positiva e uma variável aumenta quando a outra cresce. A correlação é negativa,  $\rho < 0$ , quando as variáveis variam em direções opostas. Quando duas variáveis, X e Y, são estatisticamente independentes, o coeficiente de correlação linear é igual à zero,  $\rho = 0$ . Entretanto, a recíproca não é verdadeira, ou seja, se o coeficiente de correlação linear é igual à zero,  $\rho = 0$ , isso não significa que as variáveis são independentes. Trata-se de uma decorrência do fato de que o coeficiente de correlação linear,  $\rho$ , é uma medida da

dependência linear entre as variáveis X e Y, e, em algumas situações, X e Y podem apresentar dependência funcional não linear (GUJARATI, 2000).

Uma vez caracterizada a relação de correlação, procurou-se descrevê-la sob a forma matemática, através de uma função. As estimações dos parâmetros dessa função matemática foram feitas através de análises de regressão. A análise de regressão é uma técnica estatística cujo escopo é investigar e modelar a relação entre variáveis.

Foram utilizados modelos de regressão linear simples para mensurar o efeito do volume de recursos que foi alocado pelo Pronaf sobre cada uma das variáveis selecionadas nas dimensões econômica, produtiva, social e tributária, em cada período 2000 e 2012. Cabe ressaltar que as regressões foram feitas utilizando-se os valores de cada variável no seu respectivo ano, ou seja, foram estimados coeficientes em cada período e posteriormente esses coeficientes foram comparados a fim de se analisar a evolução das relações entre as variáveis. Essa metodologia utilizada baseou-se nos trabalhos de Mattei et al. (2007) e Mattei (2005).

Segundo Gujarati (2000), um modelo matemático representativo do modelo estatístico de regressão simples é apresentado pela equação abaixo:

$$Y = \alpha + \beta X + \mu_i \quad (6)$$

Onde, Y é variável dependente, x a variável independente,  $\alpha$  o coeficiente linear,  $\beta$  o coeficiente angular e  $\mu_i$  o erro aleatório.

Com base na metodologia de regressão simples, pôde-se escrever as equações estimadas para as variáveis analisadas em todas as dimensões. Para uma melhor análise empírica dos dados, as equações foram estimadas com os valores transformados em logaritmos de base 10. Os coeficientes de inclinações estimados nesses modelos,  $\beta$ , mediram a variação percentual em Y para uma dada variação percentual em X.

As regressões foram estimadas pelo método de Mínimos Quadrados Generalizados conforme explicitado acima, utilizando-se o software Eviews (Econometric Views) para Windows, versão 7.0.

Após a estimativa dos coeficientes da reta de regressão, foi necessário verificar se os dados amostrais são descritos pelos modelos das equações apresentadas anteriormente, e determinar qual parcela da variabilidade amostral foi, de fato, explicada pelas retas de regressões estimadas. Essas questões podem ser analisadas estimando o coeficiente de determinação, também conhecido como  $R^2$  (GOTELLI; ELLISON, 2011).

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

As análises foram realizadas para os anos de 2000 e de 2012, de forma a buscar coeficientes de correlação e coeficiente de regressão que permitissem inferir se as relações entre as variáveis se tornaram mais ou menos intensas ao longo do período, dando assim, condições de apontar conclusões sobre os impactos do Pronaf sobre as diferentes dimensões consideradas. Antes de se analisarem os resultados encontrados para as regressões, foram realizadas análises críticas dos dados através de testes econométricos de heterocedasticidade (Teste de Breusch Pagan Godfrey (BPG) e White) e autocorrelação (Durbin Watson), a fim de se verificar e validar a eficiência dos estimadores de MQO. Todos os resultados que apresentaram a violação dos pressupostos foram corrigidos, e somente então, as análises foram realizadas.

As análises das correlações para os municípios baianos por dimensão são demonstradas na Tabela 1. Inicialmente, foram calculadas correlações para as variáveis número de contratos e valor médio dos contratos, e pôde-se notar que a correlação do volume de recursos do Pronaf com o número de contratos é positiva e alta (0,94 em 2000 e 0,91 em 2012), maior do que com o valor médio dos contratos que chegou a apresentar correlação negativa no ano de 2000 (-0,01), mas apresentou um leve crescimento de 0,08 em 2012, passando a 0,07. No entanto, este resultado era esperado, tendo em vista que existe entre os municípios uma variação muito grande do volume de recursos e do número de contratos, mas o valor médio varia menos.

Tabela 1 - Coeficientes de correlação entre o volume de recursos do Pronaf e cada uma das demais variáveis analisadas, em cada período para o estado da Bahia

DIMENSÕES	VARIÁVEIS	VOLUME DE RECURSOS DO PRONAF EM 2000	VOLUME DE RECURSOS DO PRONAF EM 2012	DIFERENÇA ENTRE 2000 E 2012
PRONAF	Contratos	0,94	0,91	-0,03
	Valor médio dos contratos	-0,01	0,07	0,08
ECONÔMICA	Produto Interno Bruto	0,23	0,10	-0,13
	PIB per capita	0,15	-0,11	-0,25
	PIB agrícola	0,37	0,24	-0,14
	Percentual do PIB agrícola	0,16	0,14	-0,03
PRODUTIVA	Produção pecuária	0,14	0,20	0,05
	Número vacas ordenhadas	0,22	0,33	0,11
	Produção de leite	0,24	0,29	0,05
	Área plantada de feijão	0,17	0,33	0,16
	Quantidade produzida de feijão	0,20	0,25	0,05
	Rendimento médio do feijão	0,10	0,02	-0,08
	Área plantada de milho	0,22	0,34	0,12
	Quantidade produzida de milho	0,26	0,22	-0,04
	Rendimento médio do milho	0,13	-0,01	-0,14
	Área plantada de mandioca	0,17	0,24	0,07
	Quantidade produzida de mandioca	0,15	0,04	-0,11
	Rendimento médio da mandioca	-0,03	-0,06	-0,03
SOCIAL	Emprego agrícola	0,09	-0,04	-0,13
	Emprego Total	0,11	0,06	-0,04
	Esperança de vida	0,02	-0,10	-0,11
	IDH	0,05	-0,18	-0,23
	Mortalidade infantil	-0,06	0,11	0,17
	Taxa de alfabetização	0,04	0,05	0,01
DEMOGRÁFICA	População	0,13	0,15	0,02
TRIBUTÁRIA	Receita tributária municipal	0,02	0,15	0,13
	Receita de transferências correntes	0,04	0,18	0,14

Fonte: Dados da pesquisa.

Em seguida foram calculadas e analisadas correlações para a dimensão econômica. A correlação entre o volume de recursos do Pronaf com o PIB mostrou-se positiva em ambos os anos (0,23 em 2000 e 0,10 em 2012), no entanto mostrou-se decrescente em 2012 quando comparada ao ano de 2000. No ano de 2000, a correlação encontrada para a variável PIB, demonstrou que 23% das variações no PIB poderiam ser explicadas por variações no volume de recursos aplicado pelo

Pronaf nos municípios baianos, todavia em 2012 esse poder explicativo caiu para apenas 10%.

Em relação ao PIB per capita observou-se que o ano de 2000 apresentou correlação positiva de 0,15, significando que 15% das variações positivas no PIB *per capita* na Bahia podem ser explicadas por variações no montante aplicado pelo Pronaf, enquanto, o ano de 2012 apresentou correlação negativa de 11%, o que significa em quem 2012 o aumento de R\$1 milhão no volume de crédito ocasionaria uma variação negativa de 11% no PIB per capita. As análises das correlações do volume de recursos do Pronaf com essas variáveis demonstraram que os coeficientes encontrados para o ano de 2000 foram melhores do que os encontrados para o ano de 2012.

Os coeficientes de correlação entre o volume de recursos do Pronaf e PIB agrícola para ambos os anos analisados foram os maiores encontrados nessa dimensão, 0,37 e 0,24 respectivamente. Todavia, assim como nas variáveis analisadas anteriormente, o coeficiente do ano 2000 foi maior do que o ano de 2012. A análise dos coeficientes para a variável % PIB agrícola demonstrou que foram encontrados coeficientes de correlação positivos de 0,16 em 2000 e 0,14 em 2012, ainda que essa correlação seja fraca.

Em relação à análise das correlações da variável produtiva, observou-se que das 12 variáveis analisadas, apenas a variável rendimento médio da mandioca, apresentou poder explicativo abaixo dos 10% para o ano de 2000. As variáveis quantidade produzida de milho, produção de leite e número de vacas ordenhadas foram as que apresentaram os maiores coeficientes de correlação dentre as variáveis da dimensão produtiva, 0,26, 0,24 e 0,22, respectivamente. Em 2012, apenas as variáveis rendimento médio do milho e da mandioca apresentaram sinais negativos. A maior parte das variáveis analisadas apresentou coeficiente maior no ano de 2012 quando comparadas ao ano de 2000. O que se pode inferir é que de 2000 para 2012, as variações nos coeficientes de correlação quase sempre foram positivas, mostrando uma elevação nos coeficientes encontrados, refletindo assim, graus de associação mais elevados, ilustrando impactos positivos do Programa.

Apesar da correlação fraca, os coeficientes da dimensão produtiva são em sua maioria positivos (apenas a variável rendimento médio da mandioca apresentou sinal negativo no ano de 2000 e rendimento médio do milho e da mandioca no ano

de 2012) sugerindo um grau de associação positivo entre as variáveis, isto é, à medida que aumenta o volume de recursos do Pronaf, os valores das demais variáveis da dimensão produtiva também tendem a aumentar, ainda que não se deva falar em relações de causa-efeito. Uma explicação para os baixos valores dos coeficientes de correlação como aponta Mattei et al. (2007) é que os coeficientes de correlação são coeficientes parciais, não incorporando outros fatores que podem causar variações nos valores observados das variáveis em questão, influenciando estas relações.

A análise das correlações do volume de recursos do Pronaf para a dimensão social demonstrou que os coeficientes encontrados para as variáveis são em sua maioria fracos, indicando baixa correlação e baixo efeito explicativo da aplicação dos recursos do Pronaf na Bahia para essa dimensão. Apenas a variável emprego total, no ano de 2000, apresentou um poder explicativo acima dos 10%, porém esse coeficiente apresentou decréscimo no ano de 2000, assumindo um coeficiente de apenas 0,06. Contudo, cabe salientar que no ano de 2000, as variáveis emprego agrícola, emprego total, esperança de vida, IDH e mortalidade infantil foram melhores do que os encontrados para o ano de 2012, todavia o coeficiente para taxa de alfabetização foi melhor em 2012. A correlação entre o volume de recursos do Pronaf com o emprego agrícola mostrou-se positiva apenas em 2000, com uma correlação de 0,09, em 2012 esse coeficiente foi negativo em 4%.

Analisando a variável esperança de vida, detectou-se que apenas em 2000, essa variável apresentou correlação positiva. No ano de 2012, esta variável apresentou uma correlação negativa de - 0,10. Em relação a variável Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), observou-se também o mesmo padrão de coeficientes, uma correlação positiva de 0,05 em 2000 e uma correlação negativa de 0,18 em 2012.

A variável mortalidade infantil apresentou correlação negativa de 0,06 em relação ao volume do Pronaf em 2000, todavia, deve-se atentar ao fato de que essas variáveis devem apresentar variações em sentidos opostos, de forma que maiores volumes de recursos do PRONAF tendem a reduzir as taxas de mortalidade infantil, o que é coerente. No entanto, em 2012 essa variável apresentou coeficiente positivo. A variável taxa de alfabetização foi à única variável da dimensão social que

apresentou diferença positiva e coeficientes positivos entre os anos analisados. A variável apresentou um crescimento de 0,17 no coeficiente de correlação.

A análise dos coeficientes de correlação para a dimensão social apontou que o volume de recursos do Pronaf deixou, ao longo do período analisado, de ter um maior grau de associação linear com as variáveis dessa dimensão, indicando que maiores volumes de recursos do programa não impactam positivamente em melhoras nos indicadores de desenvolvimento social e humano, com a exceção da variável taxa de alfabetização.

Em relação à dimensão demográfica, a análise da correlação entre o volume de recursos do Pronaf e a variável dessa dimensão indicou correlação positiva com um poder explicativo de 13% no ano de 2000 e 15% no ano de 2012.

Por fim, quanto às correlações com as variáveis da dimensão tributária, convém destacar que para ambos os anos os coeficientes foram positivos e apresentaram crescimento quando confrontados. Em 2000, os coeficientes de correlação para as variáveis receita tributária municipal e receitas de transferências correntes foram de 0,02 e 0,04, respectivamente, aumentando para 0,15 e 0,18 em 2012, o que representou um aumento de cerca de 0,13 e 0,14 nos coeficientes. A análise desses dados permite sugerir que uma maior alocação de recursos estimula o setor produtivo, que passa a contribuir mais, elevando a arrecadação de tributos municipais, ilustrando também os impactos do programa nesta dimensão.

As análises dos coeficientes de correlações entre o volume de recursos do Pronaf com as variáveis das dimensões analisadas indicaram que a dimensão produtiva apresentou os coeficientes mais significativos e com maior poder explicativo, principalmente no ano de 2012. A partir disso, pode-se entender que o Pronaf tem maior grau de associação linear com as variáveis da dimensão produtiva do que com as variáveis das outras dimensões. A dimensão produtiva envolveu variáveis ligadas a produção pecuária (bovino, suíno, galináceos), vacas ordenhadas, produção de leite e a produção agrícola referente à área plantada, produção e rendimento das culturas feijão, milho e mandioca que são as culturas mais representativas na produção agrícola baiana e na destinação dos recursos do Pronaf, segundo dados coletados no Bacen.

É importante salientar que os coeficientes baixos encontrados refletem a fragilidade das relações estabelecidas, principalmente pela não inclusão de outros

fatores que influenciam as variações nos valores observados. No entanto, ainda assim, as análises de correlação sugerem que o Pronaf tem impactos, ainda que fracos, nas diversas dimensões analisadas, mas principalmente na dimensão produtiva.

A Tabela 2 demonstra os dados relativos às análises dos modelos de regressão linear simples, realizadas. Os modelos foram estimados tendo como variável explicativa (independente ou causa) sempre o volume de recursos do Pronaf e como variável explicada (dependente ou efeito) cada uma das variáveis em cada uma das dimensões analisadas.

Nas estimações realizadas, os coeficientes angulares encontrados ( $\hat{\beta}$ ) foram interpretados como medidas do efeito de cada unidade da variável independente, aqui correspondendo a R\$1 milhão aplicado no Pronaf, sobre cada variável dependente (cada uma delas em sua respectiva unidade de medida). Assim, os coeficientes apresentados a seguir indicam os impactos do Pronaf sobre cada uma das variáveis nas dimensões produtiva, demográfica, social e tributária. A Tabela 2 discrimina os coeficientes estimados e os respectivos valores-p utilizados para a análise da significância destes estimadores, nos anos 2000 e 2012.

As análises das regressões do volume de recursos do Pronaf com as variáveis da dimensão econômica demonstraram que os coeficientes encontrados para o ano de 2012 foram melhores apenas para as variáveis PIB agrícola e percentual do PIB agrícola do que os encontrados para o ano de 2000, no entanto, o ano de 2000 apresentou maiores coeficientes de regressão para as variáveis *PIB* e *PIB per capita*, assim como maior número de coeficientes significativos ao nível de 5% de significância. Em 2012, apenas a variável PIB agrícola foi significativa ao nível de 5%, as variáveis PIB per capita e percentual do PIB agrícola mostraram-se significativas somente ao nível de 10%.

Em relação à dimensão produtiva, no ano de 2000, apenas a variável rendimento médio da produção de mandioca não apresentou coeficiente significativo. Dentre as demais variáveis que apresentaram coeficientes significativos apenas a produção pecuária e o rendimento médio da produção de feijão, apresentaram coeficientes explicativos abaixo dos 10%. Em 2012, somente as variáveis produção pecuária, número de vacas ordenhadas, produção de leite, quantidade produzida de feijão, área plantada de milho, quantidade produzida de

milho e área plantada de mandioca apresentaram coeficientes significativos ao nível de 5%.

Em relação à dimensão social, no ano de 2000, nenhuma variável apresentou coeficientes significativos ao nível de 5%. Apenas as variáveis emprego agrícola e emprego total mostraram-se significativas ao nível de 15% e 10%, respectivamente. No entanto, os coeficientes foram mais expressivos do que os coeficientes observados para o ano de 2012. No ano de 2012, apenas a variável IDH mostrou coeficiente significativo ao nível de 5%, contudo, esse coeficiente foi negativo.

Tabela 2- Coeficientes estimados nas regressões entre o volume de recursos do Pronaf e cada uma das demais variáveis analisadas, em cada período para o estado da Bahia

DIMENSÃO	VARIÁVEIS	2000		2012	
		COEFICIENTES	VALOR - P	COEFICIENTES	VALOR - P
ECONÔMICA	Produto Interno Bruto	0.121399	0,0000*	0.091016	0.2485
	PIB per capita (R\$)	0.034193	0,0085*	-0.042940	0,0792**
	PIB agrícola	0.185845	0,0000*	0.202298	0,0000*
	Percentual do PIB agrícola	0.064447	0,0034*	0.111281	0.0953**
PRODUTIVA	Produção pecuária	0.096313	0,0110*	0.211942	0,0149*
	Vacas ordenhadas	0.139093	0,0001*	0.296233	0,0000*
	Produção de leite	0.168166	0,0000*	0.291886	0,0000*
	Área plantada de Feijão	0.204117	0,0029*	0.683484	0,0000*
	Quantidade produzida de feijão	0.243784	0,0004*	0.455636	0,0000*
	Rendimento médio da produção de feijão	0.068599	0,0312****	0.039141	0,7543
	Área plantada de milho	0.280646	0,0001*	0.723093	0,0000*
	Quantidade produzida de milho	0.354081	0,0000*	0.469852	0,0000*
	Rendimento médio da produção de milho	0.102400	0.0223*	-0.034252	0,8111
	Área plantada de mandioca	0.142409	0,0025*	0.283695	0,0076*
Quantidade produzida de mandioca	0.144819	0,0072*	0.085026	0,5764	
Rendimento médio da produção mandioca	-0.020032	0,5934	-0.110266	0,4779	
SOCIAL	Emprego agrícola	0.103663	0,1204***	-0,074632	0,4539
	Emprego Total	0.091936	0,0609**	0.059000	0,4710
	Esperança de vida	0.000299	0,7844	-0,001972	0,1139***
	IDH	0.003933	0,3496	-0.019163	0,0034*
	Mortalidade infantil	-0.006369	0,2675	0.017980	0,1064**
	Taxa de alfabetização	0.005582	0,4344	0.013986	0,3872
DEMOGRÁFICA	População	0.054630	0,0206*	0.099801	0,0747**

TRIBUTÁRIA	Receita tributária municipal	0.028216	0,7039	0,2816943	0,0114*
	Receita de transferências correntes	0.063695	0,4729	0.281694	0.0431*

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota: (\*) significativo ao nível de 5%, (\*\*) significativo ao nível de 10%, (\*\*\*) significativo ao nível de 15% (\*\*\*\*) corrigido.

Analisando a dimensão demográfica observou-se que em ambos os anos os coeficientes mostraram-se significativos, em 2000 ao nível de 5% e em 2012 ao nível de 10%, todavia, o ano de 2012 apresentou melhor coeficiente.

Por fim, as análises das regressões realizadas para a dimensão tributária demonstraram que em 2000, os coeficientes não foram significativos. Entretanto, o ano de 2012 apresentou uma melhora, tanto dos coeficientes quanto da significância dos mesmos, que passaram a ser significantes ao nível de 5%.

A análise das regressões demonstrou que no ano de 2000, apenas as dimensões produtiva e demográfica apresentaram a existência de coeficientes significativos, o que indica que já nesse período, o volume de recursos do Pronaf exercia influência significativa sobre as variáveis da dimensão produtiva e demográfica, aqui analisadas, tendo em vista que a hipótese nula foi rejeitada para vários dos coeficientes estimados. Estes resultados reforçam o comportamento observado na análise de correlação, quando o Pronaf apresentou maior impacto na dimensão produtiva do que nas demais dimensões.

Em relação ao ano de 2012, a análise demonstrou que o volume de recursos do Pronaf exerceu influência significativa em todas as dimensões analisadas, principalmente nas dimensões produtivas e tributárias, devido ao aumento dos coeficientes de regressão estimados. No entanto, cabe salientar que em 2012, as variáveis quantidade produzida de mandioca e rendimento médio das culturas do feijão, milho e mandioca não foram significativas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No tocante as análises dos impactos do Pronaf sobre as dimensões econômica, produtiva, demográfica, social e tributária dos municípios baianos, identificaram-se através das análises de correlação que os impactos do volume de recursos disponibilizado pelo programa para cada variável das cinco dimensões analisadas apresentam resultados que, isoladamente, podem ser considerados fracos, mas ao observar que a maioria dos coeficientes registrou valor positivo,

podem sugerir uma associação linear entre as variáveis, ou ainda, que na medida em que os recursos do Pronaf aumentam os valores das variáveis de cada dimensão também tendem a aumentar. Cabendo ressaltar que estes resultados não evidenciam relações de causa-efeito.

Os resultados das correlações para a dimensão econômica mostraram-se positivas e significativas, todavia o ano de 2000 apresentou maiores coeficientes de correlação com maior nível de significância, demonstrando que os coeficientes encontrados para o ano de 2000 foram melhores do que os encontrados para o ano de 2012. No que concerne à análise das variáveis produtivas, observou-se que as correlações apresentaram elevação da área e produção de todos os produtos analisados. Das 12 variáveis analisadas, apenas a variável rendimento médio da mandioca, apresentou poder explicativo abaixo dos 10% para o ano de 2000. E que a maior parte das variáveis analisadas apresentou coeficiente maior no ano de 2012 quando comparadas ao ano de 2000, refletindo assim, graus de associação mais elevados, ainda que fracos, ilustrando impactos positivos do Programa.

A análise das correlações do volume de recursos do Pronaf para a dimensão social demonstrou que os coeficientes encontrados para as variáveis são em sua maioria fracos, indicando baixa correlação e baixo efeito explicativo da aplicação dos recursos do Pronaf na Bahia para essa dimensão. A análise dos coeficientes de correlação para a dimensão social apontou que o volume de recursos do Pronaf deixou, ao longo do período analisado, de ter um maior grau de associação linear com as variáveis dessa dimensão, indicando que maiores volumes de recursos do programa não impactam positivamente em melhoras nos indicadores de desenvolvimento social e humano, com a exceção da variável taxa de alfabetização.

Esse comportamento pode ser explicado tendo em vista o fato de que a produção agropecuária realizada pelos agricultores familiares baianos está mais ligada à produção de subsistência. Observou-se que o Programa tem estimulado o padrão de desenvolvimento agrícola preexistente na Bahia, fracamente baseado na adoção de práticas mais produtivas, ou seja, representado por uma produção de baixa mercantilização e fraca inserção comercial da produção e dos produtores, o que torna a produção baiana vulnerável a condições climática, por exemplo. Outro fato é que, a produção baiana fica restrita ao comércio interno, gerando baixo valor agregado, não sendo, portanto, variável determinante na alavancagem da renda

gerada que poderia ser revertida em melhoria das condições de vida desses produtores.

No que diz respeito à dimensão demográfica, a análise da correlação entre o volume de recursos do Pronaf e a variável dessa dimensão indicou correlação positiva com um poder explicativo de 13% no ano de 2000 e 15% no ano de 2012. Quanto às correlações com as variáveis da dimensão tributária, a análise dos dados indicou que uma maior alocação de recursos estimula o setor produtivo, que passa a contribuir mais, elevando a arrecadação de tributos municipais, ilustrando também os impactos do programa nesta dimensão.

Por fim, a análise das regressões demonstrou que no ano de 2000, apenas as dimensões produtiva e demográfica apresentaram a existência de coeficientes significativos, o que indica que já nesse período, o volume de recursos do Pronaf exercia influência significativa sobre as variáveis da dimensão produtiva e demográfica. Estes resultados reforçam o comportamento observado na análise de correlação, quando o Pronaf apresentou maior impacto na dimensão produtiva do que nas demais dimensões. Em relação ao ano de 2012, a análise demonstrou que o volume de recursos do Pronaf exerceu influência significativa em todas as dimensões analisadas, principalmente nas dimensões produtivas e tributárias, devido ao aumento dos coeficientes de regressão estimados.

Apesar das limitações encontradas na disponibilidade de dados e nos procedimentos utilizados, os impactos do Pronaf podem ser mensurados através das análises de correlação e de regressão, onde os impactos mais aparentes, observados no estado da Bahia, foram nas dimensões produtiva e tributária. Entretanto, ainda que de forma fraca, em função da não inclusão de outros fatores que exercem influências simultaneamente, os impactos do programa também podem ser notados nas outras dimensões. Identificou-se que a magnitude dos impactos do Pronaf sobre a dimensão produtiva aumentou no ano de 2012 quando comparado ao ano de 2000, principalmente quando observados os aumentos apresentados pelos coeficientes estimados, denotando que o Pronaf tem aumentado seus impactos positivos sobre as economias locais do estado da Bahia.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. É necessário cobrar resultados de assentados: pesquisador defende lógica empreendedora da agricultura familiar para os assentamentos. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 7, 21 dez. 2003. Nacional. Entrevista.

Disponível em: <http://ricardoabramovay.com/e-necessario-cobrar-resultados-de-assentados>. Acesso em: 19 maio 2021

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**. v. 28. n. 1. Jan/dez 1998 e jan/ago 1999. 1998. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ppgdtsa/files/2014/10/Texto-Abramovay-R.-Agricultura-familiar-e-desenvolvimento-territorial.pdf> . Acesso em: 19 maio 2021

ABRAMOVAY, Ricardo; VEIGA, José Eli da. Novas Instituições para o Desenvolvimento Rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). **Texto para discussão**, Brasília: Convênio, FIPE/IPEA, n. 641, 1997. Disponível em:

[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2617/1/td\\_0641.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2617/1/td_0641.pdf) . Acesso em: 15 maio 2021

ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. Avaliação de Políticas Públicas: Elemento Estratégico de Gestão da Coisa Pública. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS - NEOLIBERALISMO E LUTAS SOCIAIS: PERSPECTIVAS PARA AS POLÍTICA PÚBLICAS. 4., 2009, São Luís, MA. **Anais...** São Luís, MA, 2009. Disponível em:

[http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/OLD/eixos\\_OLD/9.%20Estado,%20Lutas%20Sociais%20e%20Políticas%20P%C3%BAblicas/AVALIA%C3%87%C3%83O%20DE%20POL%C3%8DTICAS%20P%C3%9ABLICAS\\_%20ELEMENTO%20ESTRAT%C3%89GICO%20DE%20GEST.%20DA%20COISA%20P%C3%9ABLICA.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/OLD/eixos_OLD/9.%20Estado,%20Lutas%20Sociais%20e%20Políticas%20P%C3%BAblicas/AVALIA%C3%87%C3%83O%20DE%20POL%C3%8DTICAS%20P%C3%9ABLICAS_%20ELEMENTO%20ESTRAT%C3%89GICO%20DE%20GEST.%20DA%20COISA%20P%C3%9ABLICA.pdf) . Acesso em: 15 maio 2021.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (BNDES). **PRONAF B: evolução e metodologias**. Informativo Técnico Agris, n. 2, fev. 2012. Disponível em:[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/informativo\\_AGRIS/InformativoAGRIS\\_02\\_2012.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/informativo_AGRIS/InformativoAGRIS_02_2012.pdf). Acesso em: 04 set. 2020.

BOZZI, Sonia Ospina. Evaluación de la gestión pública: conceptos y aplicaciones em el caso latino-americano. In: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 5.,2000, Santo Domingo, Rep. Dominicana. **Anais...** Santo Domingo, Rep. Dominicana Oct. 2000. Disponível em:

<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/CLAD/clad0038514.pdf>  
Acesso em: 10 jan. 2021.

CAMARA, Marcia Regina Gabardo da et al.. Pronaf: uma análise dos impactos sobre as economias locais do estado do Paraná. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL- SOBER, 48., 2010, Campo Grande. **Anais...** Campo Grande, 2010. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/producaotextual/sergio-schneider/mattei-l-waquil-p-schneider-s-conterato-m-a-radomsky-g-f-namizaki-g-niederle-s-uma-analise-dos-impactos-do-pronaf-sobre-as-economias-locais-nas-regioes-nordeste-sudeste-e-norte-do-brasil-trabalho-apresentado-no-xlv-congresso-da-sober-londrina-parana-julho>. Acesso em: 04 set. 2020.

CAVALCANTI, Paula Arcoverde. **Sistematizando e comparando os enfoques de avaliação e de análise de políticas públicas:** uma contribuição para a área educacional. 2007. 289 f. Tese de doutorado (Faculdade de Educação) – Universidade Estadual de Campinas, 2007. São Paulo: Campinas. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/252127>. Acesso em: 10 jan. 2021.

CARNEIRO, Maria José; MALUF, Renato S. **Para além da produção:** multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

CHIECHELSKI, Paulo Cesar Santos. Avaliação de programas sociais: abordagens quantitativas e suas limitações. **Revista Virtual Textos & Contextos**, ano 4, n.4, dez. 2005. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/1006>. Acesso em: 10 jan. 2021.

CORRÊA, Vanessa Petrelli; SILVA, Fernanda Faria. Análise das liberações recentes de recursos do PRONAF—uma mudança na lógica de distribuição. In: **CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL**. 2005. p. 1-25. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/revista/index.php/ren/article/view/517> . Acesso em: 04 set. 2020.

COSTA, Frederico Lustosa da; CASTANHAR, José Cezar. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro: FGV, p. 969-992, set./out. 2003. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6509> . Acesso em: 10 jan. 2021.

DAMASCENO, Nagilane Parente, et al. O impacto do Pronaf sobre a sustentabilidade da agricultura familiar, geração de emprego e renda no Estado do Ceará. **Revista Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 49, n.1, jan./mar. 2011. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S01030032011000100006](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01030032011000100006) . Acessado em: 10 jul. 2020.

DELGADO, Nelson Giordano; LEITE, Sergio Pereira. Políticas de Desenvolvimento Territorial no Meio Rural Brasileiro: Novas Institucionalidades e Protagonismo dos Atores. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 2, p. 431-473, 201. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582011000200007&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582011000200007&script=sci_abstract&tlng=pt) . Acesso em: 10 jul. 2020.

DERLIEN, Hans-Ulrich. Una comparación internacional en la evaluación de las políticas públicas. **Revista do Serviço Público**, Ano 52, n.1, jan./mar. 2001. p.105-124. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/302>. Acesso em: 10 jan. 2021.

ELLIS, Frank. Rural livelihood diversity in developing countries: evidence and policy implications. **Natural resource perspectives**, Overseas Development Institute, n.4,1999. Disponível em: <http://dlc.dlib.indiana.edu/dlc/bitstream/handle/10535/4486/40-rural-livelihood-diversity.pdf?sequence=1> . Acesso em: 10 jul. 2020.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. A política da avaliação de políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 20, n. 59, out. 2005. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092005000300007&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092005000300007&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 10 jan. 2021.

FREITAS, Alan Ferreira de; FREITAS, Alair Ferreira de; DIAS, Marcelo Miná. Mudanças conceituais do desenvolvimento rural e suas influências nas políticas públicas. **Revista Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 6, p. 1575 - 97, nov./dez. 2012. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-76122012000600008](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122012000600008) .Acesso em: 25 jul. 2020.

GOTELLI, Nicholas J.; ELLISON, Aaron M. **Princípios da estatística em ecologia**. Porto Alegre: Asrtmed, 2011. 529 p.

GUJARATI, Damodar N. **Econometria básica**. 3. ed. São Paulo: Makron Books, 2000. 846 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Agricultura familiar: primeiros resultados, 2009**. Disponível em: <https://www.bb.com.br/docs/pub/siteEsp/agro/dwn/CensoAgropecuário.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2020.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico 2010: Características urbanísticas do entorno dos domicílios**. 2012. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/96/cd\\_2010\\_entorno\\_domicilios.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/96/cd_2010_entorno_domicilios.pdf) . Acesso em: 25 jul. 2020.

\_\_\_\_\_. Sistema IBGE de Recuperação automática (SIDRA). **Censo agropecuário 2006**. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ca/default.asp?o=2&i=P>. Acesso em: 10 jul. 2020.

\_\_\_\_\_. Sistema IBGE de Recuperação automática (SIDRA). **Censo agropecuário 2017: Resultados definitivos**. 2021. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ca/default.asp?o=2&i=P>. Acesso em: 10 jul. 2020.

\_\_\_\_\_. **Estados:** Bahia, 2014. Disponível em:  
<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=ba#>. Acesso em: 10 jul. 2020.

\_\_\_\_\_. **Estados:** Bahia, 2014a. Disponível em:  
<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=ba#>. Acesso em: 10 jul. 2020.

\_\_\_\_\_. Sistema IBGE de Recuperação automática (SIDRA) – **Pesquisa agrícola municipal (PAM)**, 2014b. Disponível em:  
<<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/pam/default.asp?o=28&i=P>>. Acesso em: 10 jul. 2020.

\_\_\_\_\_. Sistema IBGE de Recuperação automática (SIDRA) – **Pesquisa pecuária municipal (PPM)**, 2014c. Disponível em:  
<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ppm/default.asp?o=27&i=P>. Acesso em: 10 jul. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA/ FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (INCRA/FAO). **Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil Redescoberto**. Projeto de Cooperação Técnica INCRA /FAO, 2000. Disponível em:  
[http://www.uenf.br/Uenf/Downloads/AGRONOMIA\\_1271\\_1095426409.pdf](http://www.uenf.br/Uenf/Downloads/AGRONOMIA_1271_1095426409.pdf) . Acesso em: 10 jul. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Políticas sociais:** acompanhamento e análise. Brasília: Ipea, 2014. Disponível em:  
[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas\\_sociais/140930\\_bps22.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/140930_bps22.pdf) . 2014. Acesso em: 10 jul. 2020.

BANCO DE DADOS DO INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. DADOS DO IBGE (IPEADATA). **População residente** - 1º de julho - estimativas para os municípios baianos entre 1999 e 2012, 2014. Disponível em:  
<http://www.ipeadata.gov.br> . 2014. Acesso em: 10 jul. 2020.

BANCO DE DADOS DO INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. DADOS DO IBGE (IPEADATA). Dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV). **Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) centrado** - fim período - índice (ago. 1994 = 100), 2014a. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: 10 jul. 2020.

LAMARCHE, Hugues. **A Agricultura Familiar:** comparação internacional, uma realidade multiforme. 2. ed. Campinas, São Paulo: Editora UNICAMP, 1997. 336 p.

MAIA, José Afonso Ferreira; SILVA, Sandra Almeida da; SILVA, Cristiane Almeida da. Metodologia para avaliação econômica e social de políticas públicas. **Sitientibus**, Feira de Santana, n. 32, p.167-192, jan./jun. 2005. Disponível em:  
[http://www2.uefs.br/sitientibus/pdf/32/metodologia\\_para\\_avaliacao\\_economica.pdf](http://www2.uefs.br/sitientibus/pdf/32/metodologia_para_avaliacao_economica.pdf) . Acessado em: 10 de janeiro de 2021.

MALYSZ, Paula Angélica; CHIES, Cláudia. A importância do PRONAF na permanência do agricultor no campo. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21., 2012, Uberlândia, MG. **Anais...** Uberlândia, MG 15 a 19 de outubro. 2012. Disponível em: [http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais\\_enga\\_2012/eixos/1395\\_1.pdf](http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1395_1.pdf). Acesso em: 10 jul. 2020.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. In: **Revista Terra Livre**, ano 18, n. 19. São Paulo. p. 95-112, jul./dez. 2002. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001473508>. 10 jul. 2020.

MATTEI, Lauro. **PRONAF 10 anos**: mapa da produção acadêmica. Brasília: MDA, 2006. 202 p.

MATTEI, Lauro et al. Uma análise dos impactos do PRONAF sobre as economias locais nas regiões Nordeste, Sudeste e Norte do Brasil. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL- SOBER. 45., 2007, Londrina. **Anais...** Londrina, 22 a 25 jul. 2007. [http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/producaotextual/sergio-schneider/mattei-l-waquil-p-schneider-s-conterato-m-a-radomsky-g-f-namizaki-g-niederle-s-uma-analise-dos-impactos-do-pronaf-sobre-as-economias-locais-nas-regioes-nordeste-sudeste-e-norte-do-brasil-trabalho-apresentado-no-xxlv-congresso-da-sober-londrina-paranajulho#:~:text=As%20principais%20conclus%C3%B5es%20daquele%20estudo,econ%C3%B4micos%20\(Mattei%2C%202005](http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/producaotextual/sergio-schneider/mattei-l-waquil-p-schneider-s-conterato-m-a-radomsky-g-f-namizaki-g-niederle-s-uma-analise-dos-impactos-do-pronaf-sobre-as-economias-locais-nas-regioes-nordeste-sudeste-e-norte-do-brasil-trabalho-apresentado-no-xxlv-congresso-da-sober-londrina-paranajulho#:~:text=As%20principais%20conclus%C3%B5es%20daquele%20estudo,econ%C3%B4micos%20(Mattei%2C%202005). Acesso em: 10 jul. 2020.

MATTEI, Lauro. **Impactos do Pronaf**: análise de indicadores. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2005. 136 p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome MDS. **Manual operacional e de orientação ao Programa de Aquisição de Alimentos** – Compra da Agricultura Familiar para doação simultânea – PAA Municipal, 2010. Disponível em: <http://mds.gov.br/central-de-conteudo/seguranca-alimentar/manual-manual-operativo-paa>. Acessado em: 10 jul. 2020.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, USP, v 16, n. 44, 2001. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142001000300009](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300009). Acesso em: 10 jul. 2020.

OLIVEIRA, Iolanda Lopes de Oliveira et al. A agricultura familiar e estratégias de reprodução social nos assentamentos rurais de Mato Grosso: caso do assentamento Fazenda Esperança em Rondonópolis – MT. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA – ENGA. 21., 2012, Uberlândia. **Anais...** Universidade Federal de Uberlândia (UFU), 2012. Disponível em: [http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais\\_enga\\_2012/eixos/1166\\_1.pdf](http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1166_1.pdf). Acesso em: 06 nov. 2020.

PEREIRA SILVA, Sandro; ALVES Filho, Eloy. Impactos Econômicos do Pronaf em Territórios Rurais: Um Estudo para o Médio Jequitinhonha – MG. **Revista Econômica do Nordeste**. v. 40, n. 3, jul./set. 2009. Disponível em: [http://cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario\\_diamantina/2008/D08A074.pdf](http://cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2008/D08A074.pdf). Acesso em: 06 nov. 2020.

SCHNEIDER; Sergio; MATTEI, Lauro; GAZELLA, Ademir Antonio. “Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar”. In: SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi (Org.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre, 2004a, p. 21-50. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Sergio-Schneider/publication/269576454\\_Historico\\_caracterizacao\\_e\\_dinamica\\_recente\\_do\\_Pronaf\\_Programa\\_nacional\\_de\\_fortalecimento\\_da\\_agricultura\\_familiar/links/5645226708aef646e6cc2059/Historico-caracterizacao-e-dinamica-recente-do-Pronaf-Programa-nacional-de-fortalecimento-da-agricultura-familiar.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Sergio-Schneider/publication/269576454_Historico_caracterizacao_e_dinamica_recente_do_Pronaf_Programa_nacional_de_fortalecimento_da_agricultura_familiar/links/5645226708aef646e6cc2059/Historico-caracterizacao-e-dinamica-recente-do-Pronaf-Programa-nacional-de-fortalecimento-da-agricultura-familiar.pdf) . Acesso em: 06 nov. 2020.

SCHNEIDER, Sergio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 6, n. 11, jan./jun. 2004b, p. 88-125. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/soc/n11/n11a06.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2020.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS DA BAHIA (SEI). **PIB estadual**. 2011. Disponível em: [http://www.sei.ba.gov.br/images/pib/pdf/estadual/anual/relpib\\_estadual\\_2011.pdf](http://www.sei.ba.gov.br/images/pib/pdf/estadual/anual/relpib_estadual_2011.pdf). Acesso em: 06 nov. 2020.

\_\_\_\_\_. Sistema de informações municipais. **PIB dos municípios baianos de 1999 a 2012**, 2014. Disponível em: <http://sim.sei.ba.gov.br/sim/tabelas.wsp>. Acesso em: 01 fev. 2020.

\_\_\_\_\_. Sistema de informações municipais. **PIB agrícola dos municípios baianos de 1999 a 2012**. Disponível em: <http://sim.sei.ba.gov.br/sim/tabelas.wsp>. Acesso em: 01 fev. 2020.

\_\_\_\_\_. Sistema de informações municipais. **Receita tributária Municipal de 1999 a 2012**. Disponível em: <http://sim.sei.ba.gov.br/sim/tabelas.wsp>. Acesso em: 01 fev. 2020.

\_\_\_\_\_. Sistema de informações municipais. **Receita de transferências correntes da União de 1999 a 2012**. Disponível em: <http://sim.sei.ba.gov.br/sim/tabelas.wsp>. Acesso em: 01 fev.2020.

SILVA, Enid Rocha Andrade da. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Relatório Técnico das Ações Desenvolvidas no Período 1995/1998**. Brasília: IPEA, 1999. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=41](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=41). Acesso em: 01 fev. 2020.

SILVA, Pedro Luiz Barros; Melo, Marcus André Barreto. O processo de implementação de políticas públicas no Brasil: características e determinantes da avaliação de programas e projetos. **Caderno de pesquisa**, n. 48, São Paulo: Núcleo de Estudos de Políticas Públicas – NEPP, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 2000. Disponível em: [http://governancaegestao.files.wordpress.com/2008/05/teresa-aula\\_22.pdf](http://governancaegestao.files.wordpress.com/2008/05/teresa-aula_22.pdf). Acesso em: 10 jan. 2021.

TREVISAN, Andrei Pittol; Bellen, Hans Michael van. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **Revista de Administração Pública – RAP/FGV**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 529-50, maio/jun. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v42n3/a05v42n3.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2021.

VARGAS, Daiane Loreto de. **Políticas públicas e diversidade na agricultura familiar: um estudo do Pronaf em Cachoeira do Sul/RS**. 2012. 141 f. Dissertação de mestrado (Pós Graduação em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria (RS). 2006. Disponível em: [http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/2012%20VARGAS,%20DAIANE%20LORETO%20DE\\_0.pdf](http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/2012%20VARGAS,%20DAIANE%20LORETO%20DE_0.pdf) <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/8870> f. Acessado em: 01 fev. 2020.

VEIGA, José Eli. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. In: **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, USP, v. 15, n. 43, 2001. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142001000300010&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142001000300010&script=sci_arttext). Acesso em: 01 fev. 2020.

VEIGA, José Eli da, et al. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: Convênio FIPE – IICA (MDA/CNDRS/NEAD) 2001a.

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. **Geoestratégia Global: economia, poder e gestão de territórios**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, p. 42-6121, out. 2003. Disponível em: <http://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2014/06/Texto-6.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2021.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Revista Estudos, Sociedade e Cultura**, n.15, 2000. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/issue/view/16>. Acesso em: 01 fev. 2020.